

Os municípios de Macaé, Cabo Frio, Armação dos Búzios, Rio das Ostras, Casimiro de Abreu, Quissamã e Carapebus vêm, por meio de seus respectivos prefeitos, trazer a público uma série de medidas que serão tomadas, de forma coletiva, visando reduzir os sérios impactos causados pela crise econômica da cadeia do petróleo na região.

Responsável pela produção de 84% do petróleo e 50% de todo o gás no Brasil, nossa região abriga operações logístico-portuárias que, há mais de 30 anos, sustentam a indústria petrolífera em nosso país. Ao longo desse período, vimos a população de nossos municípios crescer a taxas muito superiores à média brasileira, trazendo demandas crescentes em áreas como saúde, educação, desenvolvimento social e Infraestrutura. Tais demandas requerem investimentos constantes dos municípios. De acordo com o IBGE, somos a região que mais cresce em termos populacionais no Brasil e, juntos, temos uma população superior a 1,2 milhão de habitantes.

Essas demandas crescentes levaram nossa região a tornar-se extremamente dependente dos recursos dos royalties, recursos esses que são diretamente afetados por fatores como a cotação internacional do petróleo, crises internas e o escândalo de corrupção na Petrobras. O barril do petróleo, que em junho de 2014 estava cotado a US\$ 103,67, caiu para apenas US\$ 54,46. Com isso, o repasse dos royalties foi reduzido, provocando perdas de 25% a 35% das receitas municipais.

Além da queda de receitas, nossos municípios vivem a outra face da crise: o desemprego. De acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), o setor offshore é responsável por 63% dos empregos da região. Com a crise, o número de desempregados aumentou exponencialmente. Pela primeira vez em muitos anos, o número de pessoas demitidas superou o de contratações: 38.139 pessoas foram dispensadas nos últimos 12 meses, contra 36.546 contratados.

O desemprego pressiona os municípios, impulsiona os problemas sociais e força as prefeituras a gastarem ainda mais com a manutenção de seus serviços, num cenário em que é necessário cortar custos e readequar o orçamento municipal. Mesmo com as medidas de austeridade que as sete cidades da região já tomaram individualmente - corte dos salários de prefeitos, secretários e comissionados; revisão de contratos; rescisão dos contratos de aluguel de carros, imóveis e telefonia; redução dos gastos com a máquina pública, mantendo os investimentos prioritários na melhoria dos serviços públicos e da infraestrutura - a realidade econômica não permite muitas alternativas.

Diante do exposto, os municípios da região anunciam as seguintes medidas:

1 – Formação de um Núcleo de Desenvolvimento Regional, composto pelos representantes políticos dos sete municípios citados (prefeitos e presidentes de Câmaras Municipais). Também serão convidados a integrar o Núcleo representantes da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), do Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP); da Associação Brasileira das Empresas de Serviço de Petróleo (Abespetro), da Associação Internacional de Empreiteiros de Perfuração (Internacional Association of Drilling Contractors – IADC), das Associações Comerciais e Industriais e das diversas universidades que têm campus na região. Essas entidades fornecerão subsídios técnicos para a tomada de decisões mais adequadas, visan-



do a reduzir os impactos da queda de investimentos em cada segmento representado (indústria, comércio, serviços e educação). O objetivo deste núcleo será definir um novo caminho para o desenvolvimento da Região do Petróleo.

2 – Traçar políticas públicas, a partir do trabalho do Núcleo de Desenvolvimento Regional, para a diversificação da economia da região, reorganizando os arranjos produtivos locais para estimular as diferentes vocações de nossas cidades - turismo, pesca, energias renováveis, agroecologia e conhecimento tecnológico. O objetivo é garantir a diversificação econômica para reduzir a histórica dependência da indústria petrolífera, ao mesmo tempo em que se busca garantir a manutenção e o crescimento da indústria petrolífera.

3 – Criação de uma agenda com os governos estadual e federal, bem como com a nova diretoria da Petrobras, buscando os seguintes objetivos:

- Investimentos na melhoria do transporte de passageiros e cargas, por via terrestre (rodoviária e ferroviária), marítima e aeroportuária, criando um grande corredor logístico para dar suporte à indústria do petróleo e à futura renovação industrial

- Investimento em novos parques industriais para a produção de fontes alternativas de energia renovável, como produção de bicomcombustíveis e energia eólica

- Estabelecimento de um novo estímulo para a indústria sucroalcooleira da região

4 – Buscar, junto às autoridades estaduais e federais, as seguintes obras e investimentos:

- Duplicação da RJ-106

- Instalação de um novo Batalhão da Polícia Militar

- Investimentos no modal ferroviário de transporte

- Aumento imediato da capacidade de captação e distribuição de água

- Aumento do efetivo da Polícia Rodoviária Federal para o combate ao tráfico de drogas

- Aumento imediato da capacidade de fornecimento de energia elétrica com a instalação de novas subestações

- Concessão de benefícios fiscais para estimular a abertura de novas empresas na região.

5 – Buscar, junto ao Governo Federal, as seguintes medidas:

- Aprimorar a política de Conteúdo Local / Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação junto à ANP

- Publicação imediata do Plano de Investimento para a Bacia de Campos

- Reafirmar o compromisso com o pré-sal

- Rever a postura de Operadora Única da Petrobras

- Aprimoramento do marco regulatório do petróleo

- Calendário de leilões de concessões

Apesar deste momento difícil, acreditamos no potencial de recuperação da economia da nossa região.

Acreditamos que o Estado do Rio, que recentemente se uniu em defesa do pagamento dos royalties para as unidades da Federação que de fato sofre o impacto da produção de petróleo, e não de forma generalizada a todo o país, vai apoiar nossa luta.

Acreditamos na recuperação da Petrobras, na competência de seu corpo técnico e na capacidade de seus dirigentes de levá-la novamente ao lugar de destaque em que sempre esteve.



Mas é preciso que os governos estadual e federal e a Petrobras entendam que nossa região precisa de ajuda.

Se a Bacia de Campos parar, o Brasil também para.

Precisamos do empenho de todos para superar esta crise. O esforço de nossa gente e de nossas cidades produziu a riqueza de que todo o Brasil pôde usufruir ao longo dos últimos 30 anos.

O que pedimos é que o Brasil agora retribua esse esforço.

ALUÍZIO DOS SANTOS JÚNIOR
Prefeitura Municipal de Macaé

ALAIR CORRÊA
Prefeitura Municipal de Cabo Frio

ALCEBÍADES SABINO DOS SANTOS
Prefeitura Municipal de Rio das Ostras

ANTÔNIO MARCOS
Prefeitura Municipal de Casimiro de Abreu

AMARO FERNANDES
Prefeitura Municipal de Carapebus

ANDRÉ GRANADO
Prefeitura Municipal de Armação de Búzios

OCTÁVIO CARNEIRO
Prefeitura Municipal de Quissamã

